

OPINIÃO

O Paraguai que diz não



JORGE FONTOURA

Doutor em direito internacional e professor titular do Instituto Rio Branco, é observador da Justiça Eleitoral brasileira na eleição da República do Paraguai

No vórtice das eleições presidenciais mais disputadas de sua história, o Paraguai vai amanhã às urnas, com a expectativa de encerrar um ciclo de frustração e de ceticismo que tem marcado sua frágil democracia. Serão 2,8 milhões de eleitores a decidir sobre os novos rumos do país, detentor dos mais baixos indicadores sociais e econômicos do Mercosul.

Quatro candidatos disputam o pleito, em um sistema de eleição por maioria simples e em turno único, a impedir alianças estratégicas e coalizões de última hora. Fernando Lugo, Blanca Ovelar e Lino Oviedo são os concorrentes com chances de vencer, de partidos com marcas das diferenças e programas, apoiados por importantes setores da sociedade.

Trata-se de multipartidarismo inovador em cultura política que esteve sob a égide de uma só agremiação nos últimos 60 anos. Agora, o Partido Colorado, do atual presidente Nicanor Duarte Frutos, está em segundo lugar nas pesquisas embora conte com mais de um milhão de filiados, quase a metade do colégio eleitoral do país. O paradoxo se explica pela fragmentação que o Partido Colorado sofreu na escolha de seu candidato e expôs diferenças não neutralizadas nos esforços de campanha.

Outro fato novo, em meio a tantas novidades, ocorre nas hostes coloradas de Blanca Ovelar, a primeira mulher a disputar a presidência do país vizinho, fazendo valer também no Paraguai a política de gênero tão em voga no Cone Sul.

Nos debates eleitorais, a revisão das relações do Paraguai com o Brasil tem sido tema recorrente. Conforme boa parte da imprensa, a presença brasileira no país é imperialista, a partir dos dilemas da gestão conjunta da usina hidrelétrica de Itaipu. No valor de US\$ 60 bilhões, bem mais que o PIB paraguaio, a entidade binacional pode passar a representar motivo de conflito nas relações entre Brasília e Assunção. Não é negligenciável a possibilidade de que o Brasil venha a enfrentar em curto prazo outro imbroglio boliviano, agora com seu vizinho mais amigo, de relações até então sedimentadas no concreto e no aço de Itaipu e da Ponte da Amizade.

Obrigado por tratado a vender o excedente de sua produção energética ao Brasil, o Paraguai se irressigna pelo valor considerado baixo, cerca de US\$ 87 por megawatt, o que estaria a discrepar dos preços praticados no mercado internacional. Não é, no entanto, a realidade do mercado brasileiro, onde o consórcio que venceu o leilão para a construção da Usina de Santo Antônio no Rio Madeira o fez com proposta de menos de US\$ 79 por megawate.

O segundo tema de potencial conflito com o novo governo paraguaio dirá respeito à presença de milhares de imigrantes brasileiros no país. Estima-se que haveria em solo guarani mais de 350 mil brasiguaios, posseiros precários de terras mal documentadas e que poderiam ser obrigados a se retirar do país em condições dramáticas. Nessa perspectiva, Brasil e Paraguai teriam um contraditório de inaudita proporção a envolver questão de Estado e não apenas de meras relações de direito privado.

Quanto ao terceiro tema a implicar o Brasil na pauta de campanha, trata-se da regularização do comércio na fronteira, em especial na Província del Paraná e em sua capital Ciudad del Este. Ali se verifica cenário surrealista de desafios imponderáveis para o próximo presidente. Sanar o bazar de ilegalidades do maior pólo comercial da região, construído ao fio de anos e com a convivência das autoridades brasileiras, não será tarefa fácil. Há um clamor internacional para que isso ocorra, a envolver questões que transcendem o comércio, para dizer respeito à macrodelinquência internacional e ao crime organizado, com ingredientes explosivos para qualquer boa relação entre vizinhos. Claro que em tal espectro todos estamos envolvidos: no Paraguai não há "feiras do Paraguai".

Vença quem vencer, o realinhamento de nossas relações bilaterais é imponderável em mais um desafio para a política externa brasileira. O que vale como conquista coletiva é a certeza de que a América Latina, ainda que com as dores de seu sofrer secular, vai aos poucos se depurando pelo elixir insubstituível da democracia.

Livro, cerveja e xerox



JAIME PINSKY

Historiador, professor titular da Unicamp e editor www.jaimepinsky.com.br

Esta é verdadeira. Um amigo paulista avisou o psiquiatra que não poderia comparecer à sessão seguinte, uma vez que tinha importante reunião de negócios no Rio de Janeiro. O psiquiatra retorquiu: "Não pode não, não quer". O paciente insistiu dizendo que a reunião era muito importante mesmo, "imperdível". "Nada que um homem livre faz depende dos outros. É sempre uma questão de escolha. Não me cabe entrar no mérito da questão, mas você há de estar de acordo comigo que escolheu ir à reunião e não vir à sessão."

Sem pagar nada, só ouvindo a história, lembrei-me de alunos meus de uma grande universidade paulista. Quase todos tinham carro, os jeans deles eram de grife (os meus não eram), o chope com o sanduichinho faziam parte de seu ritual de final de noite, mas dinheiro para comprar livros eles não tinham. Questão de escolha, de prioridade. Como quase tudo que fazemos na vida.

Agora, grupo de pesquisa de universidade pública resolveu o problema do custo do livro (não do carro, nem do chope). Concluiu que os editores deveriam continuar publicando livros acadêmicos, mas para evitar impactos econômicos sobre os alunos deveriam parar de cobrar por eles. O argumento é simples: como muitos autores se originam de universidades públicas, nada mais justo do que

tornar gratuito o conteúdo. Seria uma forma de a sociedade recuperar o investimento feito.

Estou convencido. E hoje mesmo vou tentar convencer os dois médicos com que me consulto de que suas consultas deveriam ser gratuitas. Os dois formaram-se com dinheiro público (um fez a USP e outro a Unifesp). Mais grave ainda, ambos são professores dessas universidades e teriam que devolver à sociedade aquilo que receberam de graça. Talvez eu possa também convencer o engenheiro (formado na Poli, USP) de que a reforma que ele fez por aqui não deveria ser cobrada. Nem a mão-de-obra, nem o material, pois lembraria aos ilustres membros do tal grupo de pesquisa que, para a realização de um livro, não entram apenas as idéias.

Pensando bem, não falarei com eles. Farei melhor. Lembrarei o que é editar.

Uma tese é um produto acadêmico. Parece-me legítimo que esteja disponível para toda a sociedade. Ela pode ser publicada na mídia papel. Nesse caso, teremos uma tese publicada na mídia papel impresso, mas não necessariamente um livro. Livro é fruto do encontro entre pelo menos dois saberes. O do autor, especialista no assunto, e o do editor, que deve conhecer as necessidades da sociedade e, no caso, de uma sociedade capitalista como a nossa, de mercado. É por essa razão que nem sempre uma boa tese dá um bom livro. Tese se faz para uma banca, em primeiro lugar e, quando é boa, para especialistas. Um livro deve alcançar faixa mais ampla de público, alguns milhares pelo menos, de modo a tornar viável a publicação. (Não estamos falando de obras financiadas pelo próprio autor). Nada impede que uma boa tese possa

ser, na sua forma original, disponibilizada digitalmente no site da universidade em que foi defendida e, uma vez adequada, vendida como livro por uma editora.

Nesse caso houve esforço extra por parte do autor e um investimento em saber e dinheiro por parte do editor. O original foi cuidadosamente analisado, sugestões de alteração foram feitas, o autor empregou mais alguns meses na reformulação da obra, revisores entraram em ação, até que se chegasse ao produto final. Claro que também aí se trata de um produto social, mas de caráter bastante distinto da dissertação ou da tese. Uma editora, não importa se mantida com dinheiro público ou fruto de investimento privado, se empenhou e investiu para a saída do livro; um autor foi muito além do trabalho que deve à academia. Todos os envolvidos no processo merecem ser remunerados e, se não o forem, ficam desestimulados para a produção e circulação desse tipo de saber.

Aqui não adianta ser populista com o trabalho e o dinheiro dos outros. Preservar o direito do autor e do editor é uma obrigação de uma sociedade que acha que livro é de fato importante e a circulação do saber deva ser estimulada. É sabido que há alunos que lutam com imensa dificuldade. Mas desestimular autores e editores não resolverá o seu problema. Para isso é que deveriam servir as bibliotecas, com acervos atualizados, a compra coletiva e até a digital, por capítulos, quando for o caso.

Agora, colocar tudo na internet, grátis e à disposição de todos, só resultaria no uso mais indiscriminado ainda do (no caso) famigerado Ctrl C seguido do Ctrl V. E sei que me entendo.



ARI CUNHA

visto, lido e ouvido

Desde 1960

ari.cunha@correioweb.com.br
com Circe Cunha // circe.cunha@correioweb.com.br

Respeito à opinião

O presidente Lula da Silva cobra do ministro da Defesa, Nelson Jobim, e do general Enzo Martins Peri, comandante do Exército, providências sobre as palavras do general Augusto Heleno. O comandante militar da Amazônia falou a militares e mostrou o que vê do seu posto de comando. O presidente Lula tem visto, lido e ouvido tudo o que se fala sobre seu trabalho. Está sempre superior aos fatos. No caso do general Augusto Heleno, a pedra tocou no seu sapato. É que a Amazônia está longe, e o general Augusto Heleno acompanha o dia-a-dia da região tumultuada. Antes de reclamar, melhor seria o presidente assuntar o que ocorre. Talvez reconheça as razões de quem chega ao generalato porque serviu ao Estado com dedicação e disciplina. A Amazônia está no oco do mundo, disputada por estrangeiros e nacionais, na ânsia desesperada de progresso financeiro. Não é novidade que há pastores com martelos de mineração pesquisando riquezas e enviando relatórios e amostras todos os dias. Madeiros derrubam árvores que descem os rios na tranqüila impunidade. Ofensas humanas e profissionais enchem os olhos de lágrimas e os corações de vergonha dos que amam o país e querem o bem-estar da pátria e do povo.

FRASE QUE NÃO FOI PRONUNCIADA

“Quando o setor público corre atrás do ladrão, o prejuízo já foi sacramentado.”

Senador Romeu Tuma

MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entra de rijo contra o governo. Declara falência da reforma agrária e diz horrores sobre a situação. Pedro Stedile já disse que o "governo Lula acabou" e desdenha. Pelo menos até agora o governo federal não tomou conhecimento do fato. A notícia continua como tivesse foros de verdade.

Atendimento

A Defesa Civil enviou 115 toneladas de alimentos para a população afetada pelas chuvas. Dá para atender a 25 mil pessoas e serão distribuídas em cestas de 23 quilos.

Abril Vermelho

Ativistas do MST e Fetrac agiram com toda liberdade comemorando o Abril Vermelho. Interditaram a estrada de ferro que leva passageiros e minerais de Carajá até o Maranhão. Ocuparam repartições públicas. No porto de Paranaguá, mais de R\$ 1 bilhão em alimentos estão se deteriorando. Os navios não podem esperar. Vão para outros portos onde esperam receber as cargas. Mais de R\$ 1 bilhão em mercadorias estão em atraso nos embarques. Nada foi feito para defender os interesses dos exportadores.

Má conduta

Petróleo faz mal. Em Campos, Rio, o prefeito usou R\$ 200 milhões de royalties recebidos da Petrobras. Alexandre Mocaiber usou o dinheiro não em benefício da cidade. Gastou tudo empregando eleitores. Aumentou em

207% o número de funcionários. Foi afastado, e a cidade está sem obras.

Vilão

O crédito extraordinário é o carro-chefe para a oposição ter argumentos contra as MPs impostas ao Legislativo. O problema é que nem sempre a liberação de verba em caráter emergencial é politicagem. A chuva tem castigado regiões do país que precisam de suporte do governo. Cabe também ao Legislativo ultrapassar os interesses particulares.

Novidade

Garibaldi Alves, na Presidência do Senado, conquista a cada dia os jornalistas com o que eles mais gostam: novidades. A mais nova é que a figura do suplente vai ser abolida na próxima legislatura. A matéria já foi aprovada na CCJ e depende de aceitação pelo plenário.

Manha

Lourenço Silva, leitor, diz que é interessante observar a desenvoltura dos advogados das operadoras de telefonia no Tribunal de Pequenas Causas. A frequência é tanta que conhecem os funcionários pelo nome. Entram de sala em sala normalmente negando acordos. Todos os prazos e instrumentos para postergar o pagamento dos direitos do consumidor são usados com competência impar.

Dica

Resumindo, o deputado Ônix Lorenzoni dá a receita para que o Brasil se torne um país sério: prevenção, transparência e punição.

HISTÓRIA DE BRASÍLIA

Por falar em piscina, a diretora do Jardim da Infância fez muito bem mandando esvaziar a da Caixa Econômica porque não é cercada, não há médico para atender as crianças, e todo mundo, de qualquer idade, tomava banho com as crianças, sem exame médico.
(Publicado em 28/12/1960)